

PRESIDENTE DO SINPCRESP CUMPRE AGENDA EM BRASÍLIA

O presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), Bruno Lazzari, realizou uma importante visita a Brasília, fortalecendo laços e avançando em pautas fundamentais para a categoria. Durante três dias, Lazzari visitou parlamentares para reforçar a importância da aprovação da PEC 76/2019, que inclui a Polícia Científica no artigo 144 da Constituição Federal e garante a independência completa da perícia criminal.

Paralelamente, Lazzari participou de reuniões da Associação Brasileira de Criminalística (ABC) para ajustar pontos internos importantes para a classe.

Um destaque da visita foi o diálogo com senadores paulistas. Lazzari conversou com o senador Astronauta Marcos Pontes e com a assessora da senadora Mara Gabrilli, buscando apoio para mediar contatos entre o SINPCRESP e o governo estadual de São Paulo. O objetivo é discutir a lei orgânica estadual e a questão da independência da Polícia Científica. "Ambos se dispuseram a facilitar o diálogo entre nosso sindicato, o governador e a Casa Civil", destacou Lazzari.

Esta visita reafirma o compromisso do SINPCRESP em buscar avanços para a Polícia Científica, tanto em nível federal quanto estadual, sempre priorizando o diálogo e as articulações estratégicas para o fortalecimento da categoria.



ALERTA DE GOLPE! ATENÇÃO, PERITOS CRIMINAIS DE SP!

O SINPCRESP alerta todos os sindicalizados sobre uma nova tentativa de golpe direcionada aos peritos criminais do estado.

FIQUE ATENTO:

- Estelionatários estão enviando mensagens fraudulentas, principalmente via WhatsApp
- Solicitam pagamentos por serviços falsos, dados para "liberação de precatórios", enviam boletos falsos e cobram taxas inexistentes

IMPORTANTE:

- O escritório Rogato & Silva **NUNCA** solicita pagamentos para contas de terceiros ou informações pessoais por meios não oficiais
- O Departamento Jurídico do SINPCRESP só faz contatos oficiais pelos telefones ou e-mails do escritório responsável

COMO SE PROTEGER:

- Desconfie de mensagens suspeitas
- Não forneça informações pessoais ou bancárias por meios não oficiais
- Em caso de dúvida, entre em contato diretamente com o SINPCRESP pelos canais oficiais:]
(11) 3862-1879 / (11) 3871-4550
WhatsApp: (11) 94021-6208

ADI 4.354: STF VALIDA LEI DE PERÍCIAS CRIMINAIS

O Supremo Tribunal Federal (STF) publicou na última sexta-feira, 28 de fevereiro de 2025, o acórdão referente ao julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.354, realizado em 7 de novembro de 2024. A ação, impetrada pela Confederação Brasileira de Trabalhadores Policiais Civis (Cobrapol), questionava a constitucionalidade da Lei nº 12.030/2009, que estabelece normas para perícias criminais.

O STF considerou a ação improce-

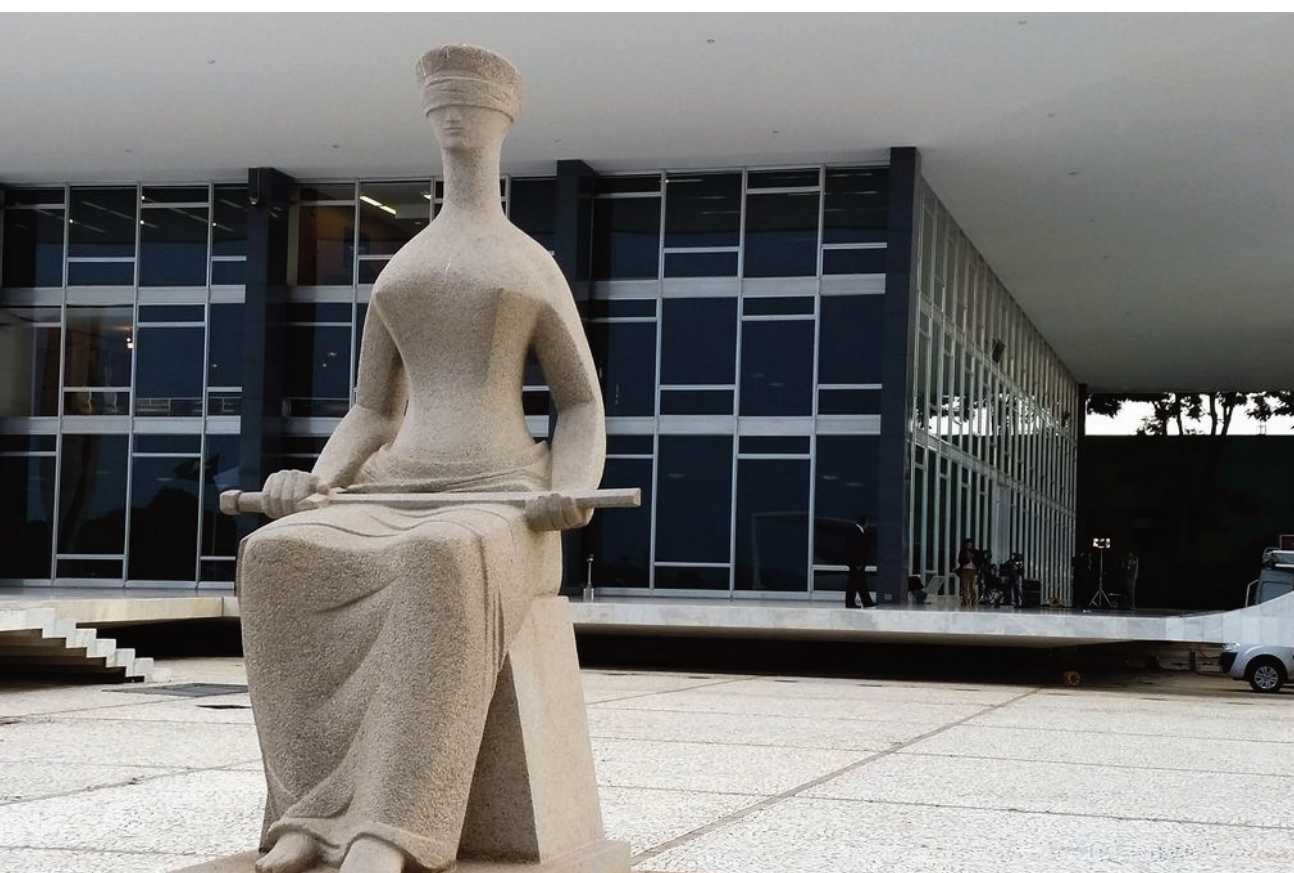
dente, validando assim a Lei nº 12.030/2009. Os ministros entenderam que a lei estabelece normas gerais sem invadir a competência dos estados, respeitando a autonomia federativa.

A Corte rejeitou os argumentos da Cobrapol sobre vícios formais e materiais na lei. A decisão enfatiza a importância da autonomia técnica, científica e funcional dos peritos criminais e reconhece que os estados podem complementar a legislação federal conforme suas necessidades específicas.

Ficou decidido que os estados também têm autonomia para legislar sobre o porte de arma para peritos criminais, desde que em conformidade com a legislação nacional.

Impacto para a categoria

A decisão do STF traz importantes implicações para os profissionais da perícia criminal, reafirmando o papel fundamental dos peritos criminais, médico-legistas e odontologistas na investigação criminal.



SINPCRESP ORIENTA SOBRE USO DE VIATURAS DANIFICADAS

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) orienta os peritos criminais sobre o uso de viaturas danificadas durante o exercício profissional. Nos últimos anos, temos recebido um número crescente de denúncias sobre veículos operando em condições precárias, representando um sério risco à segurança não apenas dos servidores, mas também da população em geral.

Em agosto deste ano, o SINPCRESP trouxe à tona uma situação crítica: carros de polícia circulando com sirenes quebradas, faróis e setas queimados, pneus carecas e até mesmo problemas nos freios.

Diante dessa situação, o presidente do sindicato informa que, embora as viaturas gozem de certas prerrogativas como livre circulação e estacionamento, elas devem, obrigatoriamente, estar em condições adequadas de segurança, assim como qualquer outro veículo. O SINPCRESP recomenda enfaticamente que viaturas com quaisquer problemas de freio, pneus, luzes de emergência, sirene ou outros componentes indispensáveis não sejam utilizadas sob nenhuma circunstância.

Alertamos aos servidores que a utilização de viaturas nessas condições pode resultar em responsabilização legal em caso de acidentes causados pelas falhas apresentadas. É fundamental lembrar que nenhum servidor é obrigado a seguir uma ordem manifestamente



ilegal, como operar um veículo em condições inadequadas de segurança.

Outro ponto crítico diz respeito à conformidade das viaturas com as determinações do Código de Trânsito Brasileiro (CTB). Os veículos devem estar devidamente identificados e equipados com dispositivos regulamentares de alarme sonoro e iluminação vermelha intermitente. A não observância dessas normas constitui infração de trânsito, sujeita a multa, além de potencialmen-

te colocar em risco a integridade física dos ocupantes e de terceiros.

O SINPCRESP reforça seu compromisso com a segurança e o bem-estar dos servidores e da população. Aos servidores que se deparam com essa realidade, o sindicato orienta que comuniquem imediatamente tais ocorrências. Estamos à disposição para oferecer suporte e tomar as medidas necessárias para assegurar condições dignas e seguras de trabalho.

FÉRIAS EM
ILHABELA

HOSPEDE-SE NA UNIDADE SOCIAL
DO SINPCRESP EM ILHABELA



SINPCRESP AVANÇA NAS ARTICULAÇÕES PELA INDEPENDÊNCIA DA POLÍCIA CIENTÍFICA NA ALESP

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) realizou uma série de importantes reuniões na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) nesta terça-feira, buscando apoio para a autonomia total da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC). Os encontros resultaram em avanços significativos para nossa causa.

O presidente, Bruno Lazzari, e o secretário-geral do sindicato, Claudemir Dias, participaram de uma reunião com a bancada do PL na Alesp e representantes da SPTC, incluindo o superintendente Claudinei Salomão e o diretor do IC, Ricardo Ortega. “Discutimos os aspectos legais que justificam a criação de uma lei específica para a Polícia Científica. Todos os deputados presentes declararam apoio unânime à causa. Além disso, o deputado Tenente Coimbra (PL) assumiu a responsabilidade de liderar as articulações junto a outras lideranças na Alesp para viabilizar a criação da lei orgânica”, acrescenta Lazzari.

Mais apoio

Durante audiências com o presidente e o secretário-geral do SINPCRESP, o deputado Caio França (PSB) e a deputada Solange Freitas (União) mostraram-se favoráveis à indepen-



dência da SPTC. “Apresentamos aos parlamentares os argumentos para conceder a autonomia total da Polícia Científica e eles se mostraram sensíveis à nossa causa”, comenta o presidente Bruno Lazzari.

Compromisso de Derrite

Durante a celebração dos 27 anos de emancipação da SPTC, em 11 de fevereiro, o secretário de Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou que trabalhará para que a emancipação seja completa e para que a Polícia Científica “não dependa nem

administrativamente da Polícia Civil”.

Próximos passos

O SINPCRESP continuará trabalhando intensamente para garantir a autonomia total da Polícia Científica. O presidente ressalta que para ser efetivamente autônoma, a Polícia Científica deve ter a liberdade para fazer seus concursos, formar seus profissionais, definir como investir seu orçamento e investigar condutas de seus membros. “Só com essa autonomia poderemos ter, de fato, uma perícia criminal independente”, completa.



DERRITE PROMETE DESVINCULAR POLÍCIA CIENTÍFICA DA POLÍCIA CIVIL

Declaração foi dada durante comemoração da emancipação da Polícia Científica, na sede da SPTC

O secretário de segurança pública de São Paulo, Guilherme Derrite, afirmou, durante celebração dos 27 anos de emancipação da Superintendência da Polícia Técnico-Científica (SPTC), nesta quarta-feira (12/02), que trabalhará para garantir a autonomia total da Polícia Científica. “A Polícia Técnico-Científica não é referência nacional à toa. São anos de dedicação. A gente sabe que essa emancipação ainda não está 100% completa. Vamos trabalhar para que essa emancipação seja completa, para que ela não dependa nem administrativamente da Polícia Civil”, disse o secretário.

Durante seu discurso, Derrite contou que a autonomia da Polícia Científica foi discutida recentemente com o Delegado Geral de Polícia Artur José Dian e que este concordou com a desvinculação completa entre as duas forças policiais. “Esse é o caminho e essa é a grande vantagem de trabalhar num grupo tão coeso, como o Dr (Claudi-



nei) Salomão e o Dr Artur, que entendem perfeitamente que nosso objetivo aqui não é rivalizar ou tirar uma queda de braço com outras forças policiais”, comentou.

Hoje a Polícia Científica tem uma autonomia parcial: tem um gestor próprio, autonomia para definir seus investimentos, mas não tem uma Academia de Polícia para formar seus profissionais, nem uma Corregedoria própria, para investigações internas. “Para ser, efetivamente autônoma, a Polícia Científica deve ter a liberdade para fazer seus concursos, formar seus profissionais, definir como investir seu orçamento e investigar condutas de seus membros. Só com essa autonomia poderemos ter, de fato, uma perícia cri-

minal independente”, comenta o presidente do Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP), Bruno Lazzari.

O caminho da autonomia da Polícia Científica começou a ser trilhado em 9 de fevereiro de 1998, data em que foi publicado o Decreto 42.847, que formalizou a vinculação direta da SPTC à Secretaria de Segurança Pública, reconhecendo sua autonomia em relação à Polícia Civil. “A independência da Polícia Científica é indispensável para a consolidação de um sistema de justiça imparcial. Organizações internacionais, como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Anistia Internacional, reconhecem essa necessidade”, completa Lazzari.

MULHERES NA CIÊNCIA SÃO O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO!

O papel das mulheres na Ciência e Tecnologia revela tanto avanços significativos quanto desafios persistentes. O relatório "Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil" mostra um crescimento de 29% na presença feminina na Ciência entre 2002 e 2022, com 49% da produção científica nacional assinada por mulheres.

Desde Marie Curie, a primeira mulher a ganhar o Nobel, até a geneticista Mayana Zatz, as contribuições das mulheres são e continuam sendo inestimáveis. Essas pioneiras mostraram que a representatividade feminina na tecnologia é imensurável e crescente. Na Ciência Forense, elas também fazem história. Conheça um pouco sobre a contribuição feminina para o setor:

Maria do Rosário
Mathias Serafim

Perita criminal que fez história na Polícia Científica de São Paulo e é uma inspiração para as mulheres na perícia.

Andréa de
Paula Brochier

Perita criminal brasileira que ajudou a elaborar cartilha da ONU com diretrizes para investigações com perspectiva de gênero.

Berna Reale

Perita criminal que produz arte inspirada em seu trabalho na perícia e já expôs na Bienal de Veneza.

Laura Pettler

Especialista em preparação de cenas de crime e homicídio por violência doméstica. Fundadora de instituto educacional e empresa de investigação científica de mortes



Frances Glessner Lee

Conhecida como "a madrinha da ciência forense", criou miniaturas detalhadas de cenas de crime para treinamento de investigadores e revolucionou o trabalho policial nos EUA. Clique aqui e conheça mais sobre essa mulher extraordinária!

Porntip Rojanasunan

Diretora do Instituto Central de Ciência Forense na Tailândia. Introduziu tipagem de DNA no país e contribuiu na identificação de vítimas do Tsunami.

Marcella Farinelli Fierro

Ex-legista-chefe da Comunidade da Virgínia e consultora do Centro Nacional de Informações Criminais.

Kathy Reichs

Antropóloga forense e professora universitária, colaborou com FBI e outras instituições forenses. Escritora de thrillers forenses baseados em sua experiência

O SINPCRESP reconhece a importância da inclusão e apoio às mulheres nesses setores, essenciais para inovação e progresso social. Promover a equidade e apoiar um ambiente onde as mulheres tenham oportunidades iguais de explorar, inovar e liderar sem barreiras é um de nossos compromissos com nossas servidoras e peritas criminais.

Convidamos a sociedade a refletir sobre essas conquistas e contribuir para a implementação de mudanças que possibilitarão a continuação das transformações futuras. O Sindicato parabeniza todas as mulheres na ciência e na tecnologia!



SINPCRESP PARABENIZA SPTC PELOS 27 ANOS DE AUTONOMIA

O Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo (SINPCRESP) parabeniza a Superintendência de Polícia Técnico-Científica (SPTC) pela comemoração dos 27 anos de sua autonomia, celebrada em 9 de fevereiro. Esta data marca a publicação do Decreto 42.847 de 1998, que formalizou a vinculação direta da SPTC à Secretaria de Segurança Pública, reconhecendo sua autonomia em relação à Polícia Civil.

A data que celebra o "aniversário" da Superintendência refere-se à conquista de sua autonomia, um marco importante para a perícia criminal e para a Justiça paulista. A SPTC tem uma história rica que ultrapassa o decreto de 1998, já era mencionada na legislação em momentos anteriores, como na lei de 1994 e na Constituição Estadual de 1988. A instituição teve suas

raízes no Departamento Estadual de Polícia Técnica, demonstrando sua longevidade e importância na estrutura de segurança pública do Estado.

Com uma equipe dedicada composta por peritos criminais, médicos legistas, desenhista técnico-pericial, fotógrafo técnico-pericial e auxiliares de necropsia, a instituição emite anualmente cerca de 1,5 milhão de laudos. Este excepcional volume de trabalho ressalta o valor imensurável que a SPTC agrega ao sistema de Justiça, analisando milhões de peças de local de crime anualmente. "Ao longo dos anos, a SPTC consolidou-se como a maior Polícia Científica da América Latina e é um pilar essencial à Justiça. A instituição é motivo de orgulho para os seus servidores", comenta o presidente do SINPCRESP, Bruno Lazzari.

Avanços

Lazzari, reconhece a importância da data e reforça a necessidade da criação uma lei orgânica para a Polícia Científica, prevista no artigo 39 da Lei Orgânica Nacional das Polícias Civis (Lei nº 14.735/2023). Segundo ele, esta legislação é vital para assegurar a verdadeira independência da Polícia Científica, separando-a administrativamente para avançar na modernização e autonomia operacional. "Neste marco de celebração, reiteramos nosso compromisso em defender e promover a autonomia completa da SPTC, fortalecendo seu papel vital na segurança e justiça da nossa sociedade", completa.

Parabéns a todos os servidores da SPTC, por sua dedicação e excelência ao longo desses anos!